

**Governo do Estado de Mato Grosso do Sul
Secretaria de Estado de Educação
Superintendência de Políticas Educacionais
Coordenadoria de Psicologia Educacional**

Documento Norteador

VIOLÊNCIA ENTRE ESTUDANTES

20

22



Governo do Estado de Mato Grosso do Sul
Secretaria de Estado de Educação
Superintendência de Políticas Educacionais
Coordenadoria de Psicologia Educacional

Reinaldo Azambuja

Governador do Estado de Mato Grosso do Sul

Murilo Zauith

Vice-governador do Estado de Mato Grosso do Sul

Maria Cecília Amendola da Motta

Secretária de Estado de Educação

Edio Antônio Resende de Castro

Secretário-Adjunto de Estado de Educação

Helio Queiroz Daher

Superintendente de Políticas Educacionais

Paola Nogueira Lopes

Coordenadora de Psicologia Educacional

Amanda Ferreira de Andrea

Cibele Onori Queiroz

João Paulo Coelho De Moraes Neto

José Augusto da Silva

Stacy Ândrea Mariano de Souza

Valquiria Redua da Silva

Equipe da Coordenadoria de Psicologia Educacional

ELABORAÇÃO E PRODUÇÃO

SED - Secretaria de Estado de Educação
de Mato Grosso do Sul

Organização 1ª edição 2019

Paola Nogueira Lopes
Bruna Camila de Oliveira
Valquiria Rédua da Silva

Organização 2ª edição 2022

Paola Nogueira Lopes
Amanda Ferreira de Andrea
Cibele Onori Queiroz
João Paulo Coelho De Moraes Neto
José Augusto da Silva
Stacy Ândrea Mariano de Souza
Valquiria Rédua da Silva

SUMÁRIO

05

Apresentação

06

Sobre o documento

07

Contextualizando

09

Nomeando a violência entre
crianças e adolescentes

10

Fique atento

13

O que a escola pode fazer?

14

Ações de prevenção

17

Importante saber

18

Ações de intervenção

20

Violência entre estudantes e o
racismo

21

Sugestão de material

22

Fluxograma de intervenção

24

Recursos e outras fontes

25

Referências bibliográficas

APRESENTAÇÃO

A COORDENADORIA DE PSICOLOGIA EDUCACIONAL - COPED, vinculada à Superintendência de Políticas Educacionais – SUPED/SED, comprometida com os princípios e fins da educação nacional e as políticas públicas de defesa e proteção integral de crianças e adolescentes, desenvolve um trabalho coletivo e integrado à comunidade escolar, a fim de colaborar com as práticas e condutas pedagógicas que visem o desenvolvimento e formação integral dos estudantes da REE e atores educacionais.

A Psicologia Escolar e Educacional traz consigo olhares e concepções científicas e metodológicas da Psicologia que contribuem, com consistência acadêmica e profissional, para uma formação cultural e científica que vise o desenvolvimento humano e as potencialidades dos estudantes.

Em sua proposta de trabalho evidencia-se a superação das perspectivas individualizantes, medicalizantes e remediativas que permeiam a trajetória da psicologia e a educação, fomentando ações colaborativas e multiprofissionais que considerem a diversidade social, cultural, econômica, étnica, os territórios e as várias situações do cotidiano escolar que perpassam o fazer pedagógico dos sujeitos envolvidos no processo.

Nessa construção, a COPED também colabora com as escolas na articulação intersetorial e interinstitucional, envolvendo os setores da saúde, assistência social, justiça e segurança pública na garantia de direitos estabelecidos, a fim de proporcionar aos estudantes permanência no processo de escolarização com suporte pedagógico e socioassistencial, nas questões que incidem no processo de ensino e aprendizagem ou em violações de direitos.

SOBRE O DOCUMENTO

O que propomos?

Diante dos desafios da Educação, advindos da conjuntura e estruturas socioeconômicas presentes no mundo atual e das necessidades dos estudantes inseridos neste contexto, evidencia-se cada vez mais a necessidade de instrumentalizar a equipe educacional que atua nas escolas, para o desenvolvimento de ações e práticas educativas contextualizadas em função do atendimento das demandas do cotidiano escolar*.

A escola é um espaço coletivo da aprendizagem e do conhecimento, com vistas a uma formação cultural e científica emancipadora, bem como um espaço de acolhimento, cuidado e promoção humana, visando as subjetividades e o desenvolvimento integral dos estudantes. Por essa constituição, é nesse espaço que se refletem também as diferenças individuais, sociais e culturais, entre outras, possibilitando um ambiente de diálogo, respeito recíproco, autonomia, proteção e garantia dos direitos estabelecidos.

Nesse contexto, fornecer subsídios aos educadores, de forma didática e significativa, para efetivação de condutas pedagógicas e administrativas que norteiam o atendimento adequado aos estudantes, diante das situações de violência entre estudantes, bem como contribuir com a reflexão e discussão da equipe escolar na condução de um plano de trabalho condizente com cada situação.

Esse documento norteador é uma editoração referente ao ano de 2019, vem como forma de contribuição nas reflexões e discussões da equipe escolar e na elaboração das ações pedagógicas direcionadas ao enfrentamento da Violência entre estudantes (bullying).

Sugere-se a construção de um plano de ação, por meio de um processo crítico, em busca de uma educação emancipatória e para os direitos humanos, que reconheça as diferenças sociais e culturais dos sujeitos. Essa diversidade inclui também identidades e contextos de pertencimentos distintos, que devem levar à problematização e ao questionamento das relações desiguais.

Demandas do cotidiano escolar*

Entendemos por demandas do cotidiano escolar as situações inerentes aos estudantes que se referem principalmente aos fatores relacionados às dimensões sociais, éticas, econômicas, ambientais, culturais e estruturais advindos da territorialidade e do contexto familiar, identificados na escola. Estes fatores são um desafio e ao mesmo tempo oportunidade para a instituição escolar em problematizar estes fenômenos, pois mobilizam os atores escolares a buscarem, cotidianamente, soluções possíveis às situações emergentes que de alguma forma interferem no trato pedagógico e no processo de ensino e aprendizagem



CONTEXTUALIZANDO

A violência é constituída enquanto processo histórico e social da humanidade, uma vez se expressa de forma distinta ao longo dos anos e é "forjada coletivamente, tanto em sua atuação como em seu significado" (BARROCO, SILVA, TADA, 2021, p. 20). Apesar de estar presente em todos os contextos da sociedade, as circunstâncias, justificativas, objetivos e consequências da violência são diversas e seu enfrentamento, nesse sentido, deve considerar essas particularidades.

Esse fenômeno não surge na escola, mas se revela nesse ambiente. Por isso, é necessário encontrar ferramentas que auxiliam no seu enfrentamento, considerando que a violência reflete sempre um processo de exclusão, discriminação ou indiferença nas relações sociais, em direção à construção de relações baseadas no respeito.

Dentre as diversas expressões do ato violento, percorreremos nesse documento norteador apontamentos sobre a violência entre estudantes (**bullying**) e as situações **conflitosas** que refletem no contexto escolar, com o objetivo de problematizar essas situações com a equipe educacional, por meio de informações, reflexões e sugestões de ferramentas, instrumentos e condutas e ações pedagógicas para o enfrentamento das condições que promovem a violência.

O bullying é conceituado como práticas **violentas entre crianças e adolescentes**, direcionadas àqueles considerados indefesos, causando danos físicos e psicológicos, muitas vezes irreversíveis. No Brasil, a Lei n. 13.185/2015 nomeia o bullying como Intimidação Sistemática e o conceitua como "todo ato de violência física ou psicológica, **intencional e repetitivo** que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas".

Apesar de ocorrer "sem motivação evidente", como conceitua a Lei citada, diversos estudos têm demonstrado que o bullying afeta, majoritariamente, grupos com características físicas, socioeconômicas, étnica e de orientação sexual diferente daqueles considerados "normais" (ANTUNES, ZUIN, 2008), sendo reflexo das relações sociais estabelecidas entre os diferentes grupos (econômicos, sociais e culturais). Quanto a isso, Antunes e Zuin (2008) afirmam:



Ora, o bullying, tal como conceituado, não é, de maneira alguma, uma simples manifestação da violência sem qualquer fator determinante. Na verdade, o bullying se aproxima do conceito de preconceito, principalmente quando se reflete sobre os fatores sociais que determinam os grupos-alvos, e sobre os indicativos da função psíquica para aqueles considerados agressores (p. 36).

Por seu caráter repetitivo, nem toda situação conflituosa na escola se caracteriza como violência entre estudantes. Porém, situações pontuais de violência não podem ser desconsideradas e a resolução de conflitos, por meio de práticas restaurativas, deve estar no radar da equipe escolar, com vistas à um processo reflexivo quanto à natureza dos conflitos e seus condicionantes. O conflito é entendido como uma tensão nas relações entre pessoas (no aspecto pessoal e social), que podem evoluir ou não para agressões físicas e/ou verbais.

CONTEXTUALIZANDO

Legislações



- **Lei n. 13.185/2015**

- Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (bullying);

- **Lei n. 9.394/1996**

- Art. 12, inciso IX, define que os estabelecimentos de ensino devem "promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying), no âmbito das escolas" (Redação incluída pela Lei n. 13.663/2018);

- **Resolução SED/MS n. 3.955/2021**

- O Art. 11 define que deve ser assegurada a abordagem transversal e integradora de temáticas, entre elas "promover medidas de conscientização, prevenção e do combate a todos os tipos de violência, principalmente a violência entre crianças e adolescentes (bullying) no âmbito das escolas" (inciso XI);

VIOLÊNCIA ENTRE ESTUDANTES E CONFLITOS INTERPESSOAIS

Considerando que a violência entre criança e adolescente é um fenômeno complexo, dinâmico, multifacetado e multicausal, reflexo de questões sociais, políticas, culturais e econômicas da sociedade (MELLO, 2017, apud VIEIRA, et al, 2020), a escola não deve, nas ações e intervenções propostas, perder de vista que, apesar desse fenômeno apresentar-se no contexto educativo, impactando suas relações, a problemática está muito além desse ambiente.

NOMEANDO A VIOLÊNCIA ENTRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Direta (conduta dirigidas à vítima da ação)		Indireta (condutas dirigidas indiretamente à vítima da ação)	
Física	Verbal	Socioemocional	Cyberbullying
<ul style="list-style-type: none">• Agressões físicas: esmurrar, dar palmadas, empurrar, esbarrar, puxar cabelos, pontapés, chutes e socos, etc.• Ameaçar• Perseguir• Roubos• Danificar material• Assédio (sexual ou outro)	<ul style="list-style-type: none">• Insultar• Intimidar• Gritar• Humilhar• Ofensas verbais: dizer piadas e apelidos depreciativos e discriminatórios;• Outras expressões que geram mal-estar	<ul style="list-style-type: none">• Indiferença• Isolamento• Exclusão social• Difamar• Lançar rumores	<ul style="list-style-type: none">• Redes Sociais• App de relacionamentos• Vídeos constrangendo a imagem da pessoa• Fotos íntimas e montagens de imagem.• Perseguição virtual• Perfil Fake• Hackear Redes

CONFLITOS INTERPESSOAIS

Podem ser classificados em conflitos latentes, emergentes e manifestos. Essas caracterizações são importantes para intervir a partir de cada situação, porém, elas não se manifestam de forma linear e/ou consecutiva.

• CONFLITOS LATENTES

Tensões não reveladas de forma consciente. Se dá diante da existência de diferentes objetivos e concepções dos indivíduos, mas são tensão que não se desenvolveram em conflito emergente.

• CONFLITOS EMERGENTES

Há tensões manifestas principalmente por sentimentos de raiva, descrédito, hostilidade ou medo, porém não é manifestado com clareza

• CONFLITOS MANIFESTOS

Há uma tensão consciente das partes envolvidas, a qual pode ser percebida também por terceiros

Da mesma forma, os conflitos podem se manifestar como **individuais** (possuem sujeitos determinados ou determináveis) ou **sociais** (em relação à sociedade como um todo).

FIQUE ATENTO



Indícios da ocorrência de violência entre estudantes

Alguns comportamentos podem revelar indícios de estudantes que estão em sofrimento psíquico em decorrência de situações de Violência entre estudantes (bullying).

A observação do comportamento das pessoas em momentos coletivos pode revelar a incidência da violência no contexto da escola. Entretanto, o **acolhimento e o diálogo** são fundamentais para compreender a circunstância de tais comportamentos, inclusive se estão relacionados a outras formas de violência, como a violência doméstica.

De acordo com Silva (2010), "identificar os alunos que são vítimas, agressores ou espectadores é de suma importância para que as escolas e as famílias dos envolvidos possam elaborar estratégias e traçar ações efetivas contra o bullying." Entretanto, há muitas dificuldades na identificação desse tipo de violência, pois a maioria das vítimas têm vergonha ou medo de falar, de pedir ajuda a alguém.

Sinais como desinteresse nos estudos, faltas com frequência devem ser levados em consideração tanto pelos pais e/ou responsáveis, quanto pelos professores e gestores.

É importante lembrar que muitas das motivações dos autores surgem de outras relações e experiências vividas fora da escola, mas é nela onde despejam suas "frustrações", influenciando nos comportamentos dos estudantes. Abaixo apresenta-se alguns comportamentos que podem indicar a presença da violência entre crianças e adolescentes:

Nos momentos em grupo, o (a) estudante está frequentemente isolado (a) ou procura a companhia somente de adultos;

Demonstra insegurança, ansiedade ou dificuldade em falar diante dos demais e nas atividades em grupo é o último a ser escolhido;

Apresenta queda gradual no aprendizado e desinteresse com seus pertences;

Apresenta fisionomia deprimida, aflita ou contrariada;

Apresenta contusões, machucados, cortes, arranhões;

Falta ou cabula aulas com frequência;

Seus pertences escolares sempre somem;



FIQUE ATENTO

Importante destacar que são elencados na página anterior alguns sinais que podem ser observados no cotidiano escolar, mas existem situações em que o(a) estudante não consegue verbalizar ou expressar a violência que vem sofrendo. Por isso, oportunizar espaços de fala e acolhimento são caminhos possíveis e adequados para a promoção de saúde e prevenção da violência, bem como o enfrentamento das situações de violências entre crianças e adolescentes.

Indícios da ocorrência de violência entre estudantes

- Faz brincadeiras ou gozações, além de rir de modo desdenhoso e hostil?
- Coloca apelidos ou chama pelo nome ou sobrenome dos colegas, de forma malsoante; insulta, menospreza, ridiculariza, difama?
- Faz ameaças, dá ordens, domina e subjuga? Incomoda, intimida, empurra, picha, bate, dá socos, pontapés, beliscões, puxa os cabelos, envolve-se em discussões e desentendimentos?
- Pega dos outros colegas materiais escolares, dinheiro, lanches e outros pertences, sem o seu conhecimento?

Vale destacar que acima elencamos de forma didática alguns apontamentos sobre o comportamento do estudante que pode estar praticando a intimidação sistemática. Ressaltamos a importância da aproximação e observação dessas situações em todo o contexto e espaços escolares

É necessário estar atento tanto o autor quanto à vítima. Muitas vezes, a violência acaba sendo o único caminho que o autor encontra para pertencer a um grupo, se sentir admirado, protegido de outras agressões ou mesmo é sua única referência para resolver seus conflitos.

No entanto, existe uma dificuldade em mapear os motivos ou intenções de quem pratica a violência, ainda mais, visto que existem outras formas de violências mascaradas pelo termo, como o racismo, a violência de gênero, a intolerância religiosa, etc., que acabam sendo englobadas e consideradas todas como bullying, o que não é.

Assim, é necessário compreender que essa ação não pode ser descontextualizada do cenário que compõe o seu entorno, uma sociedade com valores competitivos, individualistas e de desvalorização do outro para a autopromoção. Portanto, é fundamental entender cada caso, podendo ser a escuta ao autor mais significativa que uma punição.



FIQUE ATENTO

A Cultura do Cancelamento e o Cyberbullying

É comum identificarmos a problemática da violência entre os jovens, iniciarem no ambiente virtual. De maneira mais geral, a violência encontrou terreno fértil na internet, por conta do anonimato que esse meio permite, bem como da facilidade de ter a liberdade de escrever ou apagar o que quiser.

Nesse contexto, tem crescido a "cultura do cancelamento", isto é, a prática de alguém excluir outra pessoa para si mesma ou grupo, de modo que, supostamente, a cancelada deixa de existir em sua vida, não lhe permitindo que a siga em suas redes sociais sem uma devida punição por algo feito, dito, demonstrado, que tenha provocado o desagrado.

Mas isso se dá em meio à exposição de críticas e de postagens negativas, podendo ser algo temporário ou definitivo. Requer que a pessoa cancelada aparente mudança naquilo que motivou seu cancelamento para que, talvez, possa ser aceita novamente. Tal comportamento é altamente devastador e se destaca mais por envolver as ditas celebridades da internet, contudo, não significa que não possa ser parte da vida dos estudantes e professores.

Como esse tipo de violência acontece em um ambiente difícil de ser monitorado, a melhor maneira de perceber o cyberbullying é manter um diálogo franco e aberto com os estudantes. Além disso, muitas vezes a agressão on-line invade os corredores da escola, por meio de comentários. Por isso, vale a pena manter a atenção no comportamento dos estudantes durante os intervalos de aula.

Precisamos pensar em medidas interventivas corroborando para que os profissionais da escola atuem legitimamente. Isto implica em uma atuação conjunta ou como afirmam Aguiar (2009) e Pedroza (2011), que seja um trabalho colaborativo, de modo a investir em ações de prevenção e de enfrentamento desse tipo de violência. A este respeito, Botler (2016, p. 722 afirma:



Na relação entre violência e educação, deve-se distinguir os tratamentos paliativos dos preventivos, bem como se faz necessário contextualizar aquilo que é concebido pelos sujeitos que as praticam ou são vitimizados, já que, conforme Lopes e Gasparin (2003, p. 296), “depende dos valores sociais de cada grupo, das circunstâncias em que foi praticada e de disposições subjetiva.

O QUE A ESCOLA PODE FAZER?

Muitas são as possibilidades de execução de ações preventivas considerando-se que a escola é um espaço de relações, de construção de cultura e um espaço formativo.

Na perspectiva de enfrentamento à violência, aqui nos referindo a violência entre crianças e adolescentes, é imprescindível que a escola planeje estratégias de prevenção em dois aspectos: no campo micro, pensadas e planejadas para as situações imediatas de violência; e no campo macro, que leve em conta os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais relacionados à violência.

Considera-se que as ações no campo micro são importantes em um primeiro momento, no entanto, entende-se que estas ações devem ser um dos eixos do planejamento escolar, estando a proposta inserido, inclusive, no Projeto Político Pedagógico.



AÇÕES DE PREVENÇÃO

Na perspectiva de prevenção às situações de violência, é fundamental que seja elaborado um plano de ação pedagógico consistente e intencional e que abranja toda equipe escolar e não apenas uma parcela desta. É imprescindível também que se leve em conta os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais relacionados à violência entre estudantes (bullying).

A respeito dessa prática social, Bulgraen (2010) ressalta que o professor precisa estar ciente de que a aplicabilidade de conteúdos atuais não são suficientes para suprir a necessidade de aprendizagem dos estudantes, deste modo, deve-se resgatar os conhecimentos amplos e históricos, permitindo que eles interpretem suas experiências e suas aprendizagens na vida social.

Sugere-se, também, algumas ações de prevenção para serem desenvolvidas, com vistas à transformação social e cultural na escola e para além dela.



Promover discussões junto à comunidade escolar sobre violência, preconceito e discriminação, buscando compreender, suas percepções sobre a temática (pode utilizar-se para as discussões os recursos culturais e artísticos, como a literatura, obras de arte, música, cinema, e outros);



Vale lembrar que a violência vai além da escola, está em toda a sociedade. Sendo assim, a escola tem o compromisso de romper com padrões violentos de comportamento presentes na sociedade, para isso todos os profissionais da escola devem estar comprometidos em construir relações baseadas na cooperação e na igualdade de direitos;



Primar por ações coletivas, dessa forma criar espaços pedagógicos de diálogo na escola em que a violência entre estudantes seja tratada com a devida seriedade que merece, entendendo que ela não é natural do ser humano e sim produzida em algumas situações, para que suas possíveis causas e consequências sejam conhecidas, pensadas e elaboradas de maneira adequada para lidarem com ela naquele cotidiano;



Planejar e coordenar as ações e projetos sistemáticos e contínuos definindo as atividades que serão desenvolvidas com os estudantes, professores e demais profissionais, levando em consideração as discussões realizadas;



Inserir no Projeto Político Pedagógico (PPP) e no planejamento do professor atividades escolares sobre a temática da Violência entre estudantes (bullying);

O QUE A ESCOLA PODE FAZER?



- ↳ Problematizar, junto a equipe escolar e estudantes, as ações a serem adotadas pela escola;
- ↳ Mapear e articular com as instituições da Rede de Proteção do território, identificando aquelas que podem contribuir com a escola nas discussões sobre a temática;
- ↳ Avaliar os resultados das ações realizadas tanto com os profissionais como com os estudantes;
- ↳ Inserir nas discussões as legislações relacionadas ao tema;
- ↳ Definir as ações interventivas a serem realizadas diante de situações pontuais de violência.

Há de se considerar que uma escola comprometida com a formação humana precisa desenvolver nos estudantes a capacidade de valorizar a vida como patrimônio fundamental da humanidade e, conseqüentemente, o cuidado e o respeito para consigo e para com o outro.

Para dar conta dessa função social escolar, faz-se necessário organizar a prática pedagógica com metodologias que possibilitem aos estudantes entenderem o ambiente em que vivem, procurando realizar mudanças de atitudes para a melhoria da sua qualidade de vida por meio da reflexão, do questionamento e da busca de formas de intervir/solucionar problemas.

Para o estudioso Paulo Freire (1981), o conteúdo e o currículo não são aplicados em separado da vida cotidiana de estudantes e professores, o desafio consiste em (re)significar esse currículo, conectando-o ao tempo-espaço dos sujeitos. Considerando os dizeres de Paulo Freire, a ressignificação das práticas pedagógicas implica em considerar:

- situações de conflitos postos e/ou potenciais;
- relações de gênero;
- diferenças e/ou peculiaridades étnico-culturais/raciais;
- acolhimentos e integração interpessoal de estudantes novos frente aos grupos pré-existentes;
- rituais de ascensão social na hierarquia adolescente;
- tráfico de drogas/uso e abuso de drogas;
- situações relacionadas à saúde do estudante;
- perfil das famílias e formas de interação/comprometimento;
- trabalho interinstitucional disponível.

FIQUE ATENTO



A prática do diálogo na escola

Não se forma para a cidadania sem exercê-la, sem experiências de ouvir o outro, falar, argumentar. É condição para a cidadania, o sentimento de pertencimento à escola. Pressupõem-se, assim, espaços institucionalizados, periodicamente determinados para discutir e elaborar as regras que regulam a convivência na escola, para pensar os problemas comuns e propor soluções. São espaços chamados de assembleia ou rodas de diálogo.

A cultura da paz não se sustenta em um dia pontual de combate a violência entre estudantes, e sim cotidianamente na resolução dos conflitos, na organização de planos em que os estudantes sejam participantes e especialmente na organização de propostas em que os estudantes possam assumir a corresponsabilidade pelas ações de promoção aos valores morais que tanto desejamos.

Por que é importante o protagonismo dos estudantes?



O grande princípio do protagonismo juvenil é fazer do jovem ao mesmo tempo sujeito e objeto da ação no desenvolvimento de suas potencialidades. É exatamente em função desse princípio que se promove a criação de espaços e de condições nas escolas para que nossos estudantes possam se envolver na solução de seus problemas reais, atuando com iniciativa, autonomia e compromisso com a comunidade educativa.

São, efetivamente, os espaços de protagonismo que mais contribuem na reflexão das situações do cotidiano escolar, para que construam e busquem soluções adequadas diante das demandas apresentadas.

Neste contexto, identifica-se a importância das experiências sociais dos educandos, bem como o seu contexto social, para que os mesmos possam se considerar parte do ambiente escolar e, conseqüentemente, indivíduos ativos no processo de ensino e aprendizagem (ZIMER, 2008).

IMPORTANTE SABER

A intervenção adequada a qualquer tipo de violência passa primeiramente pelo conhecimento de como ela se constrói e se propaga. Acredita-se ser necessário estudar criticamente seus conceitos científicos, refletir e propor ações pedagógicas que possam desvelar as problemáticas sociais refletidas na escola.

Dessa forma, a mediação do conhecimento científico sobre temáticas como a violência entre estudantes, que promovam a reflexão das questões sociais inter-relacionadas, levam a conscientização e conseqüente postura de respeito mútuo e coletivo da comunidade escolar.

Quanto a isso, o art. 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos refere que qualquer pessoa deve ter acesso aos direitos e liberdades dispostas na Declaração "sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação".

A ausência de propostas pedagógicas voltadas ao tema permite que as relações de desigualdade perpetuem-se no ambiente escolar sem nenhuma reflexão crítica, e que marcas de preconceito e discriminação, por exemplo, se reproduzam no interior da escola.

A violência entre estudantes não é o único e nem o maior problema enfrentado nas escolas, mas é necessário dar visibilidade a essa forma de violência e promover o enfrentamento com a participação de toda a comunidade escolar, tendo em vista que sua ocorrência se mostra prejudicial ao desenvolvimento humano.

AÇÕES DE INTERVENÇÃO

Como dito anteriormente, é necessário que a escola tenha sistematizado e organizado as ações que intervenham em situações imediatas de violência, a partir de um olhar cuidadoso e acolhedor.

Um protocolo de intervenção nas situações emergentes de violência deve dialogar com as ações propostas macro de prevenção, uma vez que deve levar os envolvidos, vítima, autor e observadores, à reflexão sobre além do que está posto no imediatismo, correlacionando a violência aos seus determinantes sociais. Sugere-se, que a escola desenvolva atividades que possibilitem:

À (S) VÍTIMA (S)

- Sentir-se acolhida e amparada;
- Exteriorizar sentimentos e emoções relacionada à violência sofrida;
- Participar das ações e intervenções propostas com segurança;

AO (S) AUTOR (ES)

- Reconhecer os motivos de suas ações;
- Refletir sobre as possibilidades de reparar seus erros;
- Analisar a necessidade de mudanças, como em um contrato de intenções;

À COMUNIDADE ESCOLAR

- Compreender que a violência está além de questões individuais;
- Desvelar a ocorrência de violência no contexto escolar;
- Promover a escuta ativa e o acolhimento da vítima e do (s) agressor (es);
- Problematizar, junto a equipe escolar e estudantes, as ações a serem adotadas pela escola;

AOS OBSERVADORES

- Sentir-se acolhidos;
- Exteriorizar sentimentos e emoções relacionada à violência assistida;
- Participar das ações e intervenções propostas;

ORIENTAÇÕES PARA A PROPOSITURA DE AÇÕES INTERVENTIVAS

- Realizar levantamento sobre as ocorrências de violência no contexto escolar, por meio de questionários, atividades literárias, observação das relações em momentos coletivos, e outras metodologias;
- Elaborar um protocolo para os estudantes, em conjunto com a equipe escolar, sobre o que podem e devem fazer diante de situações de violência;
- Criar canais de comunicação abertos e acolhedores para relatar situações de violência - ter um profissional como foco,
- Comunicar aos pais/responsáveis as situações de violência identificadas, de forma a orientar e solicitar contribuição nas intervenções;
- Evite sermões, pois retira-se a oportunidade do estudante de refletir sobre o problema de forma ativa; em um sermão quem está agindo de forma ativa é o interlocutor e não o sujeito da ação, em um diálogo vertical e acrítico;
- Promover discussões com a turma ou grupo de professores sobre a violência, preconceito e discriminação, e a construção conjunta de soluções, por meio da problematização;
- Realizar registro em ata das ações e intervenções;
- Acompanhar o caso, mesmo após finalizado as intervenções propostas;
- Estabelecer os momentos em que a articulação com outras políticas públicas será necessária (Comunicação ao Conselho Tutelar, cuidados em saúde e outros);
- Avaliar os resultados das ações realizadas tanto com os profissionais como com os estudantes.

VIOLÊNCIA ENTRE ESTUDANTES E O RACISMO

Racismo é diferente de violência entre estudantes! Há uma linha tênue que os separa, afinal, tanto um quanto o outro agride físico e psicologicamente, ou seja, ofende, humilha, violenta, por isso em geral confundimos e as escolas tendem a colocar duas coisas díspares num único discurso, isto é, num único "conteúdo".

Não há possibilidades de tratar como sinônimos "violência entre estudantes" e "racismo". A violência entre estudantes representa uma violência localizada, sendo prática que precisa ser enfrentada no universo escolar. O racismo, entretanto, está muito além das relações interpessoais e das fronteiras da escola.

Violência entre estudantes

Ocorre exclusivamente nas relações interpessoais, sendo um fenômeno psicológico com desvio de comportamento;

Toda criança está sujeita a sofrer e/ou praticar;

Origina-se no espaço escolar e pode ou não expandir, ou seja, tem um território pré-determinado;

Não é crime, embora seja violência escolar.

Racismo*

É ideológico e estrutural; por isso, existe também o racismo institucional;

Apenas a criança negra sofre o racismo – embora possa inclusive praticar. Mas, a criança negra pode ser vítima de violência entre estudantes e racismo ao mesmo tempo;

Não possui localização ou instituição específicas, ocorre em todos os setores da sociedade, inclusive na escola;

É crime previsto pela Constituição Federal.

***Conceitos retirados do artigo:** Bullying não é sinônimo de racismo | Prof^a Dr^a Ellen de Lima Souza. SILVA, 2016

Quando tratamos violência entre estudantes e racismo como sinônimos, reforçamos o racismo brasileiro, ou seja, confundimos como ambos se estruturam, como se o racismo ocorresse apenas nas relações interpessoais. Entretanto, tal perspectiva ideológica opera nos planos simbólico e material e permanece demandando políticas públicas de correções de distorções e desigualdades em todos os setores da sociedade brasileira (SILVA et al, 2016).

Essa "confusão" entre os conceitos não é inócua, e tratá-los como sinônimos reforça a perspectiva brasileira de abordagem do racismo, ou seja, a negação do racismo se fortalece na denominação do mesmo como violência entre estudantes (bullying). Assim, reduzimos o racismo associando o racismo a atitudes interpessoais, como se estivesse localizado e afetasse somente um grupo.

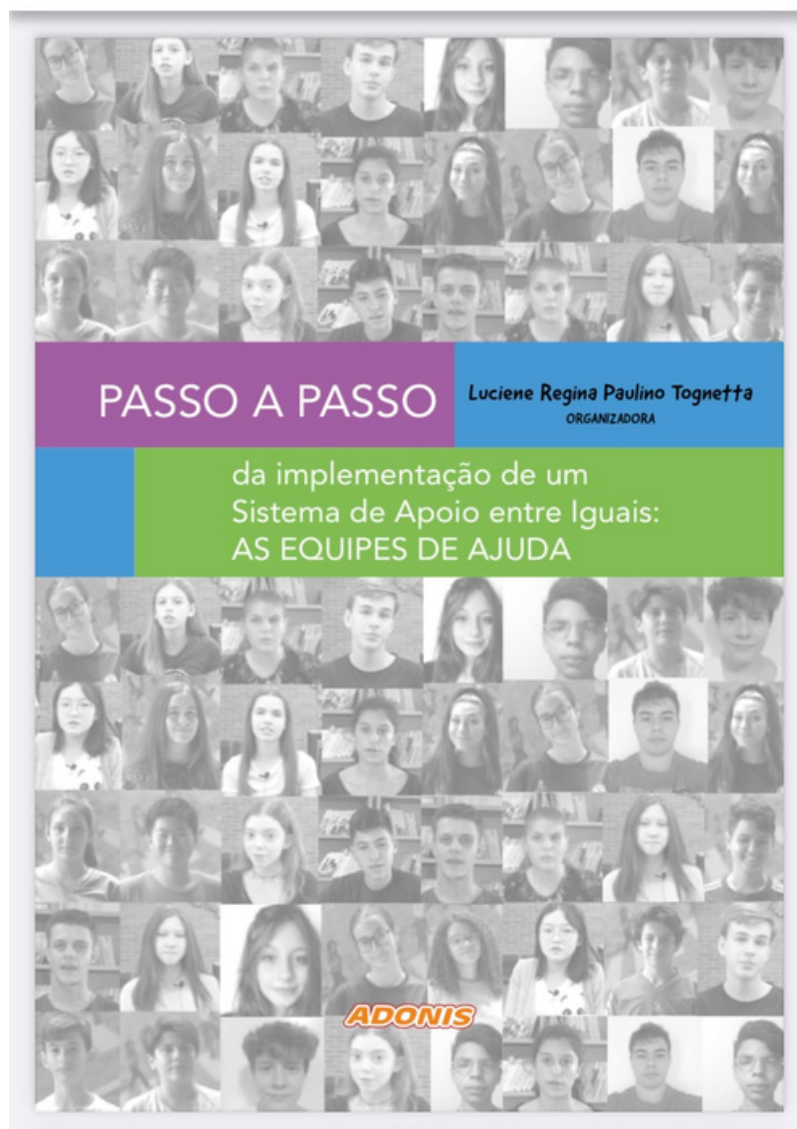
Para reduzir efetivamente a existência da violência entre estudantes e do racismo, as definições do que de fato são e especialmente de como operam são imprescindíveis.

SUGESTÃO DE MATERIAL

Discutir questões de convivência, aprender formas mais assertivas de resolução de conflitos e ter espaços para que as angústias, as tristezas e as preocupações sejam compartilhadas são responsabilidades de um currículo escolar nos dias de hoje.

Pensar em estratégias que levem em consideração os aspectos socioemocionais dos estudantes, como por exemplo: como se sentem diante das dificuldades, por que passam na adolescência, na vivência familiar e na vivência com seus pares e mesmo com seus professores; e como imaginam seu futuro em tempos tão necessariamente contraditórios sobre o sentido que eles mesmos podem ter para o futuro.

Dessa forma referendamos o material do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Moral (GEPEM), com uma proposta de Equipes de Ajuda, abaixo segue link para aprofundamento.



FLUXOGRAMA DA INTERVENÇÃO

Identificada a violência pela equipe escolar

Acolhimento e escuta da vítima e autor (es) individualmente

Comunicação aos pais, realizar orientações necessárias e registrar em ata

Articular com outras instituições da Rede de Proteção, se necessário

Acolher a turma, por meio de discussões sobre a temática

Acompanhar os estudantes e dar continuidade nas ações de prevenção

FLUXOGRAMA DA INTERVENÇÃO

- Acolha e escute o(s) estudante(s) vítimas ou que sofreram a violência. A escuta deverá ser realizada em local apropriado (tranquilo) e acolhedor, para assegurar a privacidade e já iniciar o processo de acolhimento.
- Proporcione um espaço seguro emocionalmente para que o(a) estudante consiga relatar o que está ocorrendo. A forma que se pergunta é muito importante, não se deve tendenciar ou exaltar o fato e sim procurar compreender o que aconteceu, com foco na gênese do problema. Ex: Troque a pergunta: Quem te agrediu? Por: Você(Nome do estudante) poderia relatar o que foi que aconteceu? Vale ressaltar que muitos conflitos começam a ser resolvidos justamente na forma como conduzimos e questionamos, o intuito é compreender, cuidar e acolher.
- Após realizar a escuta atenta da(s) vítimas, atente-se ao contexto da situação, seus condicionantes, diante do que foi relatado, em momento algum omitir juízo de valor, mesmo porque nas mais diversas situações que recebemos são questões multifatoriais e haverá provavelmente a necessidade de articulação, inclusive possíveis encaminhamentos.
- Após a escuta da(s) vítima(s), deve chamar o(s) auto(es) para o diálogo. O autor, muito mais do que ouvir, precisa falar, ele tem que se expressar para promover a reflexão e, conseqüentemente, as mudanças desejadas. O sermão não acrescenta nada ao estudante, principalmente quando utilizado na frente de todos, revelando a todos o poder de mobilização do agressor e aumentando a exposição e fragilidade da vítima.
- Se for um grupo de autores, eles devem ser ouvidos individualmente.
- Ressaltamos que deve evitar interrupções nos relatos de situações, evite gerar dúvidas, pré-julgamentos, pois o objetivo é compreender verdadeiramente o que está acontecendo e como a escola e demais atores, se necessário, poderão colaborar. Acolhimento e escuta.
- Importante ressaltar que a violência entre estudantes, podemos vislumbrar caminhos possíveis quando abrimos a possibilidade de que o agressor possa responsabilizar-se pela dor causada à vítima, realizando as seguintes ações:
 - ✗ Justificando suas ações.
 - ✗ Refletindo sobre as possibilidades de reparar seus erros.
 - ✗ Assumindo a necessidade de mudanças, como em um contrato de intenções.
- Após realizada as escutas individualmente, devemos prosseguir com o atendimento
- Se houver necessidade e consentimento da vítima, fazer uma reunião entre os envolvidos para que se escutem mutuamente.
- Em um primeiro momento o condutor(responsável) da escuta ativa deve fazer um resumo correto do que ocorreu. ✗ Se os envolvidos não concordarem com o que foi dito no resumo, deixá-los falarem, um de cada vez e explicarem suas versões do fato.
- Deve-se manter uma atitude de respeito e interesse sem críticas.
- Ouça as sugestões dos estudantes para a solução do problema; se for dada uma solução ruim, questiona-se como seria se adotássemos a sugestão, o que aconteceria depois.
- A conversa deve ser finalizada com o comprometimento da adoção da solução aceita pelos estudantes envolvidos.

RECURSOS E OUTRAS FONTES

Depositamos aqui alguns materiais de apoio que podem contribuir com as discussões da equipe escolar e servir de apoio na construções de outros materiais. Basta clicar no título do arquivo que deseja explorar e será redirecionado para a página de origem.

Desejamos bom uso deste material!

Manual Stop Bullying: um recurso educativo baseado nos Direitos Humanos para combater a discriminação

Objetivo do material, segundo os autores: "capacitar os e as agentes que colaboram com crianças e jovens, nos mais diversos contextos de educação formal e não formal, com métodos de prevenção e sensibilização adequados, que possibilitem a resolução de problemáticas emergentes relacionadas com atos agressivos e discriminatórios".

Diálogos e Mediação de Conflitos nas Escolas: guia prático para educadores

Objetivo do material, segundo os autores: fornecer "vasta informação sobre diálogo e mediação de conflitos, bem como atividades sugeridas, detalhadamente descritas, para que o professor nos cotidianos conflitos encontre, em conjunto com esses jovens alunos, os caminhos para solucioná-los, restabelecendo a tranquilidade na comunidade escolar e fortalecendo o vínculo de pertencimento ao grupo".

BULLYING - isso não é brincadeira. O MPSC explica!

O objetivo do vídeo é trazer a tona o fenômeno do bullying e informar sobre como buscar ajuda.

Documento norteador: Rede de Proteção aos Direitos de Crianças e Adolescentes

Objetivo do material, segundo os autores: contribuir "nas reflexões e ações da equipe escolar no atendimento dos estudantes das escolas da REE-MS".

Discriminação racial é sinônimo de maus-tratos : a importância do ECA para a proteção das crianças negras

Objetivo do material, segundo os autores: promover a "compreensão das possibilidades que o Estatuto da Criança e do Adolescente oferece para a construção de uma sociedade em que nenhuma criança seja vítima de qualquer forma de discriminação ou violência

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, M. C. C. de. **Gestão democrática, elementos conceituais e a democratização do acesso, permanência e sucesso escolar.** Políticas e gestão da educação básica. Recife: Editora Universitária, 2009.
- ANTUNES, D. C. ZUIN, A. S. **Do bullying ao preconceito: os desafios da barbárie à educação.** Psicologia e Sociedade, 20 (1), p. 33-42. 2008.
- BARROCO, S. M. S.; SILVA, G. L. R. (Org.) ; TADA, I. N. C. (Org.) . **Violência na escola: enfrentamentos à luz da Psicologia histórico-cultural.** 1. ed. PORTO VELHO: EDUFRO, 2021. v. 1. 278p .
- BULGRAEN, V. C. **O papel do professor e sua mediação nos processos de elaboração do conhecimento.** Revista Conteúdo, Capivari, v. 1, n. 4, p. 30-38, 2010.
- BRASIL. Lei n. 13.185, de 6 de novembro de 2015. **Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (bullying).** Diário Oficial da União, p. 1. Brasília-DF, 2015.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Diário Oficial da União, p. 27833. Brasília - DF, 1996.
- PEDROZA, S. **A evolução da educação: necessidade de uma nova gestão escolar.** Universidade Estácio de Sá, 2011.
- SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Resolução n. 3.955,** de 15 de dezembro de 2021. Dispõe sobre a organização curricular e o regime escolar do Ensino Fundamental e do Ensino Médio nas escolas e centros da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul. Diário Oficial do Estado, p. 255. 2021.
- SILVA, H.S et al. **Discriminação racial é sinônimo de maus-tratos : a importância do ECA para a proteção das crianças negras.** São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2016
- VIEIRA, F. H. M, et al. **Impactos do bullying na saúde mental do adolescente.** Revista Ciência et Praxis, v. 13, n. 25, p. 91-103. 2020.
- ZIMER, T. T. B. **Aprendendo a ensinar matemática nas séries iniciais do ensino fundamental.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2008.
-

ORGANIZADORES

Paola Nogueira Lopes – Coordenadora da Coordenadoria da Psicologia Educacional, Psicóloga, Neuropsicóloga e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Amanda Ferreira de Andrea- Psicóloga Educacional, especialista em Psicologia Escolar e Educacional

Cibele Onori Queiroz- Psicóloga Educacional

João Paulo Coelho De Moraes Neto -Psicólogo Educacional

José Augusto da Silva - Filósofo

Stacy Ândrea Mariano de Souza- Psicóloga Educacional e especialista em Terapia Cognitivo Comportamental.

Valquiria Redua da Silva - Psicóloga Educacional e especialista em Dependência Química e Saúde Mental.

COPED/SUPED/SED

Telefone: (67) 3318-2326

E-mail: cped.sed@gmail.com



Coordenadoria de Psicologia Educacional - COPED/SUPED/SED